

## Conclusão

O idioma político dos jornais analisados ao longo do governo de João Goulart esteve relacionado à defesa da democracia representativa contra a “agitação”. Para os grupos conservadores que se pronunciavam neste idioma a democracia seria, antes de um regime político, um valor moral. Há um constante diálogo entre o conceito de democracia e o mito de unidade. Há também uma correspondência aos conceitos de harmonia, concórdia, paz social e tranqüilidade; todos indicadores e fatores de uma cultura política autoritária, de baixa politização e apertadária que deveria, também, basear-se na tradição cristã do povo brasileiro e na representação via Congresso. A estrutura argumentativa deste contexto lingüístico encobria a crise em imagens histórico-filosóficas, criava identidades e unidades de ação social e política empenhadas em excluir seus inimigos destas identidades e do mundo.

Diante da crise da renúncia de Jânio Quadros e a iminência da posse de João Goulart, em agosto de 1961, argumentos em prol da defesa da democracia pautada nestes valores e na representação serão evocados. A posse de Jango foi garantida em nome da legalidade da manutenção do regime democrático e do cumprimento da Constituição. Aqueles que se batiam contra sua posse, o faziam, também, em nome do regime representativo de base cristã contra a “agitação” e comunismo. Os argumentos dos ministros militares e dos jornais, portanto, convergiam em relação ao regime a ser seguido: o regime representativo. Divergiam, entretanto, em relação à intensidade do “perigo comunista” e das ameaças de agitação identificadas a Jango. De acordo com os grupos favoráveis à posse de João Goulart, as instituições democráticas e a tradição do povo brasileiro seriam capazes de conter tais ameaças. Frente à crise política e à iminência da guerra civil instaurada no veto à posse de Jango, os valores democráticos seriam capazes de manter o regime afastado do comunismo e da agitação. A democracia, entendida dentro de uma lógica histórico-filosófica, anteciparia o fim da crise.

Diante da crise, o parlamentarismo surge como “solução”. Sob o parlamentarismo, Jango assumiria a presidência da República, mas teria seus poderes limitados, o que agradaria aos grupos contrários a sua posse. Os ministros militares garantiriam a manutenção da ordem e da democracia contra a agitação e

o comunismo, os conservadores reassumiriam o centro das decisões políticas por sua maioria no Congresso e a legalidade seria mantida dando a João Goulart o cargo de Chefe do Executivo. O parlamentarismo representou o consenso em torno da democracia cristã, da unidade, harmonia, ordem e da representação afastada da “agitação” e da guerra fratricida. A crise exigia uma decisão, e o consenso pautou-se pela moral. A crise continuava deflagrada e a decisão mantinha-se em aberto. No ato de sua posse, no dia 7 de setembro de 1961, João Goulart exaltaria sua fé cristã, pronunciar-se-ia como guardião da unidade e da legalidade, afirmaria a centralidade do Congresso. Este posicionamento do presidente, em nome dos valores democráticos caros à opinião pública e a diversos grupos políticos, será cobrado diante da crise. Neste mesmo momento, entretanto, o presidente aponta para aquela que seria sua estratégia ao longo de seu governo e reclama a consulta popular sobre o retorno ao presidencialismo.

Através da mobilização dos trabalhadores e do apoio de setores militares, antecipa o plebiscito para janeiro de 1963. Esta mobilização é caracterizada pelos conservadores como inconstitucional, pois dentro de regime representativo somente os parlamentares eleitos poderiam interferir nas decisões políticas. Os sindicatos deveriam manter-se ocupados com as reivindicações de classe e não com a política. À medida que o temor anticomunista aumenta e ganha repercussão entre os diversos grupos políticos conservadores e nos meios militares, a politização do espaço público brasileiro e as reivindicações pela ampliação democrática serão identificadas à agitação. Esta agitação seria responsável por criar o clima de instabilidade e crise na política brasileira e abrir espaço para a ação que subverteria a ordem. A crise era entendida como algo artificial, criada por comunistas ou por políticos demagogos a fim de desestabilizar o regime.

Em outubro de 1963 João Goulart é cobrado sobre seu posicionamento diante do aumento da “agitação”. A crise continuava instaurada. Este posicionamento é cobrado, inclusive, dos candidatos ao pleito de 1965. A democracia, concebida como valor e entendida dentro de uma lógica dual e histórico-filosófica pelos grupos conservadores, seria responsável por fundar a crise. Diante dos vícios da participação política e da ação demagógica, as virtudes democráticas antecipariam o fim da crise que seguia entendida como uma crise moral. O ano de 1963 foi marcado por greves políticas e movimentos de militares de baixa patente reivindicantes de modificações nas estruturas democráticas

visando a sua ampliação. Estes grupos extra-parlamentares radicalizarão suas demandas e mobilizações. Isto causará, nas Forças Armadas, uma reação. Percebe-se, em alguns chefes militares, a intolerância em relação aos sindicatos e aos militares de baixa patente que se aliaram aos trabalhadores na “agitação subversiva” e “desordem” e, igualmente, a cobrança de um posicionamento mais enérgico de Goulart em relação à “agitação” de grupos ilegais.

O regime representativo segue sendo defendido das investidas pela ampliação da participação democrática. A partir de então, outro mito ganharia força. O mito da conspiração. Diante do não cumprimento do fim democrático, seus desvios eram identificados a planos conspirativos que visavam à derrocada da democracia. Inicialmente estes desvios poderiam ser causados por grupos à esquerda e à direita do espectro político. A conspiração era identificada aos extremistas e radicais, fossem eles pertencentes a grupos à esquerda ou à direita, mas à medida que a mobilização extra-parlamentar aumenta e é identificada à “agitação”, a conspiração ganha contornos comunistas. A conspiração seria identificada como arma dos comunistas para a derrubada do regime. Neste sentido, a conspiração em curso cobrava, e legitimava, dos responsáveis pela desarticulação da conspiração uma ação redentora. Após o fracasso do pedido de estado de sítio por João Goulart ao Congresso, este aspecto se torna claro.

A partir de sua tentativa de adquirir poderes extraordinários, Jango foi acusado de conspirador e um golpista em potencial. Estes poderes foram requisitados com o fim de manter a ordem e acabar com a agitação sob forte pressão dos militares. O fracasso foi decisivo para o destino político de João Goulart. O dualismo e a preponderância da moral sobre a política possibilitavam leituras ambíguas do presidente. Diante do não cumprimento do fim democrático, Jango era acusado de omissão; o que reforçava sua caracterização como um político de frágil orientação ideológica. Não obstante, diante da sua estratégia de apoio nos grupos extra-parlamentares, opostos ao regime democrático e ilegais, Jango era acusado de estar agindo e conspirando em favor de seus interesses; o que reforçava as leituras do presidente como um homem manipulador e calculista, orientado para seus fins. Ambas as leituras estiveram relacionadas às cobranças do posicionamento democrático do presidente e alertavam para uma possível ação reordenadora, caso Jango não se afastasse das esquerdas e dos grupos extra-parlamentares. Desta forma, os limites e impasses experimentados pelo governo

de João Goulart, são produto da estrutura histórica deste momento, dual e ambígua.

Ao seguir sua opção de manter-se ao lado de grupos extra-parlamentares e das reivindicações pela ampliação democrática, ao longo de 1964, João Goulart entraria de vez para ilegalidade. Desta forma, o presidente perderia sua legitimidade e soberania, abrindo caminho para a ação daqueles empenhados e responsáveis pelo fim da conspiração. A crise, no entanto, ainda era compreendida sob aspectos morais. As Forças Armadas, coesas em torno da defesa da hierarquia e da disciplina, e, da erradicação do comunismo e da corrupção na política brasileira, foram chamadas a intervir na política. As Forças Armadas construíram-se, e foram caracterizadas, enquanto os fiadores da ordem democrática e possuidores da bandeira da legalidade. Envoltos no mito da unidade, caracterizados pela neutralidade e isenção política, os militares cumpriram seu dever, e realizaram *sua* decisão. A crise ao longo do governo de João Goulart foi compreendida de maneira particular. O político esteve subordinado à moral. Portanto, a crise necessitaria de uma atitude de *bom senso* para verter ao curso normal, a política.

Esta estrutura argumentativa contribuiu para inibir a politização da sociedade brasileira e seus reordenamentos político-ideológicos. Grupos civis e políticos conservadores, aliados às Forças Armadas uniram-se em torno de um “consenso valorativo”, ou de um “consenso sobreposto” pautado em valores ideais e voluntaristas. Contribuiu, igualmente, para relegar a ação política ao plano dos vícios, e a representação ao plano das virtudes. A *ação* deveria estar vinculada ao processo econômico, considerado mais eficaz que o mundo político. A sociedade, incapaz de se livrar, politicamente dos demagogos corruptos, deveria ser salva pela moral dos homens virtuosos e pelo desenvolvimento econômico. O mundo político não se apresentava enquanto um horizonte. Após o desfecho da “Revolução”, em abril de 1964, e a concretização do Golpe Militar, o consenso em torno do regime representativo não foi suficiente para impedir a derrocada da democracia.